

Seminário FESPSP
“Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”
17 a 20 de outubro de 2016

GT 1 – Afetos e corpos nas instituições contemporâneas

Coordenação: Prof. Leonardo Ostronoff (FESPSP); Prof. Rodrigo Alencar (FESPSP)

Afetos e diferenciações sociais no envolvimento em coletivos políticos populares

Cessimar de Campos Formagio¹

Resumo

Este texto busca refletir os afetos e diferenciações sociais no envolvimento em coletivos políticos populares. Interrogamos como as diferenciações e desigualdades que permeiam as relações sociais cotidianas são problematizadas nesses espaços e como influenciam a aproximação/permanência/afastamento nos coletivos. Optamos por investigar o envolvimento em coletivos políticos em razão da expansão desses grupos nos últimos anos e também pela composição heterogênea que os marca. Através de um trabalho etnográfico, que envolve a participação em atividades (atos, rodas de conversas, oficinas de arte e cultura, manifestações) organizadas por coletivos na cidade de Campinas-SP e conversas com pessoas envolvidas, a ideia é trazer os afetos, identificações e diferenciações sociais que permeiam a aproximação/permanência/afastamento dos coletivos políticos. Os primeiros apontamentos indicam que o desejo de refletir subalternidades vividas é um dos principais fatores que aproximam participantes de coletivos, e tal envolvimento pode se fortalecer/diluir conforme o potencial de autorreflexividade do grupo possibilita discutir possíveis diferenciações e subalternidades que se estabeleçam entre as pessoas envolvidas. Estas ponderações estão sendo elaboradas no projeto de doutorado que desenvolvo no programa de pós-graduação em Sociologia da UFSCAR com o seguinte nome: “Os ‘nós’ do coletivo: diferenciações sociais, subalternidades e reinvenções no envolvimento em coletivos políticos populares”.

Palavras-chaves: coletivos políticos, envolvimento, diferenças sociais, subalternidades

O envolvimento em coletivos políticos populares: impressões de uma experiência etnográfica

A reflexão inicial apresentada neste texto foi surgindo lentamente e envolve meu percurso acadêmico e algumas experiências militantes que vivenciei. Iniciou-se no trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado, quando, ao acompanhar as mobilizações por moradia de um grupo de moradora(e)s na periferia de Campinas, a seguinte questão me acompanhava: quais fatos sociais fazem com que, dentro de um grupo atingido pela mesma situação de sofrimento, alguns personagens se

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR. Email: cessiuba@yahoo.com.br

envolvam em ações de contestação e outros não. Quais seriam os mediadores do envolvimento nas ações coletivas de revolta/resistência?

Essa questão me acompanhou na pesquisa de mestrado e Eder Sader (1988), através de seu livro “Quando novos personagens entram em cena”, foi uma importante companhia de reflexão. Enquanto lia as reflexões deste autor sobre as relações que influenciaram a participação de moradora(e)s da periferia de São Paulo em movimentos sociais nos anos de 1980, eu ficava a comparar a situação retratada com o momento atual e questionava as mudanças que teriam ocorrido nos mediadores que protagonizaram aquele período. Neste caminho, fui refletindo as nuances e contradições da cultura política que envolve as mobilizações populares no Brasil desde o contexto da “redemocratização” brasileira e percebendo que muitos dos percursos dos movimentos e partidos de esquerda nas últimas décadas acabaram por diluir o envolvimento de muitas pessoas em mobilizações sociais.

As considerações construídas neste período, ajudavam a pensar o contexto político em que ocorrem (ou não) ações coletivas que problematizam desigualdades, mas tratava pouco dos porquês, em um mesmo grupo subalternizado, há diferentes níveis de envolvimento com grupos políticos. Entre as pessoas que discordam de uma desigualdade específica, há aquelas que se sentem mais envolvidas em debater em coletivos políticos as práticas que desigualam e outras que não são envolvidas ou decidem por se afastar. Quais fatores estariam relacionados a esta aproximação ou afastamento?

Esta segunda questão foi me acompanhando nas leituras e se reforçou na experiência de militância sindical que vivenciei de 2010 a 2013. Ao compor um grupo de oposição sindical na categoria da qual eu fazia parte, pude perceber que diferenças e hierarquias que se estabelecem entre os integrantes de um grupo político influenciam o perfil de envolvimento dos diferentes sujeitos no coletivo, porém estas diferenciações são, geralmente, silenciadas. Um grupo que se forma para contrapor uma desigualdade tem dificuldades de admitir as distinções que ele mesmo opera. Em nome da necessidade de “unidade” do grupo que se organiza para contrapor-se, fica mais difícil pontuar diferenças que se estabelecem entre a(o)s integrantes. No grupo sindical percebi, por exemplo, que personagens que se expressavam conforme um modelo socialmente prestigiado de masculinidade obtinham maior atenção e consideração de suas falas, sendo estimulados a envolverem-se nas atividades mais prestigiadas (escrever textos, falar em

palanques, coordenar mesas de debate), enquanto militantes (homens ou mulheres) que se distanciavam desta performance de masculinidade eram menos estimulados a envolverem-se nestas “tarefas”. Com o tempo, percebia-se que eram sempre as mesmas pessoas que falavam, que escreviam, que direcionavam as decisões, enquanto acreditava-se que as outras integrantes tinham menor talento ou não tinham “perfil” para tais práticas. Com estas justificativas, naturalizavam-se formas de diferenciação e uns eram mais estimulados ao envolvimento que outros.

As diferenciações e subalternidades entre pares dificilmente são problematizadas no grupo político, mesmo quem as percebe e se incomoda encontra dificuldades em expressar-se. Os relatos sobre esses constrangimentos aparecem com frequência na bibliografia sobre movimentos feministas, negros e de sexualidade, principalmente os textos que tratam destes movimentos no período das décadas de 1980/90. Wolf (2007), por exemplo, traz relatos sobre as dificuldades que mulheres envolvidas em grupos contra a ditadura militar tiveram para falar sobre machismos entre os “companheiros”. Qualquer questão que se afastasse da “luta de classes” era tida como secundária ou “pequeno-burguesa”. Macrae (1990) aponta essa dificuldade em relação às questões de sexualidade e reflete que coletivos começaram a, cada vez mais, se formar por fora dos partidos e movimentos, em razão da dificuldade de tratar de subalternidades que se constroem entre aquela(e)s que em um dado momento e contexto se reconhecem como iguais. Ao me aproximar dos debates que tratam dessas diferenciações, e muitos deles o fazem defendendo uma perspectiva feminista, fui conhecendo uma bibliografia com que até o início de 2015 eu tinha pouco contato e percebi que pensar diferenças e intersecções é um caminho analítico que pode me ajudar a investigar a influência das distinções no envolvimento em coletivos políticos.

As interpelações entre as diferenciações sociais e suas consequentes subalternidades foram menos debatidas nos movimentos dos anos de 1980/90, mas atualmente estas intersecções aparecem mais nos debates e geram também uma heterogeneidade de grupos políticos, os quais surgem trazendo à discussão relações de subalternidade que, até então, eram pouco faladas, tal como é o caso dos coletivos de pessoas transexuais e os de mulheres negras. O tema das variadas diferenciações sociais e suas assimetrias parece encontrar, neste momento histórico, um espaço maior para ser discutido. Este trabalho que escrevo hoje é possível tanto pelo histórico de debates, trazido inclusive pelos estudos feministas,

como pela dinâmica das relações sociais, que tensionam os ideais da igualdade defendidos por um projeto moderno de universalidade, mostrando que sob o manto da igualdade ora defendida muitas personagens foram diminuídas, invisibilizadas e agredidas.

Este texto é uma tentativa inicial de problematizar como as diferenciações sociais e seus cruzamentos influenciam o envolvimento afetivo e político em grupos, no caso específico em coletivos políticos. Estas considerações surgem em decorrência das leituras e trabalho etnográfico do projeto de doutorado que desenvolvo no programa de pós-graduação da UFSCAR, cujo título é “Os ‘nós’ do coletivo: diferenciações sociais, subalternidades e reinvenções no envolvimento em coletivos populares”.

Questionar a relação entre afetos, diferenças sociais e subalternidades pode ser uma forma de pensar a sociabilidade política contemporânea e a referida pesquisa orienta-se por este questionamento e caminho analítico, estando num momento inicial, em que já se percebe o destaque que os afetos têm quando se fala em envolvimento. Por esta razão, direcionei este trabalho para os debates do GT 1 “Afetos e corpos nas instituições contemporâneas”, na expectativa de dialogar sobre os percursos possíveis para se pensar a construção social dos afetos.

Afetos e diferenciações sociais no envolvimento em coletivos políticos

Há muito tempo estou no movimento LGBT, mas não tinha vivido ainda o que encontrei, hoje, no coletivo de mulheres negras. Estar neste coletivo me ajudou muito repensar minha história enquanto mulher e negra, ajudou, por exemplo, na aproximação que tive com o candomblé, na influência que hoje essa religião tem na minha vida, na aproximação do jongo e também no sentimento de fazer parte de uma rede de mulheres que passam pelas mesmas dificuldades, silenciadas por muito tempo. (Laura – moradora de Campinas, envolvida em um coletivo LGBT e na Frente de Mulheres Negras)

A formação de coletivos políticos, grupos marcados pela descentralização e relações mais horizontais entre as pessoas envolvidas, tem se expandido nos últimos anos e parece trazer para quem se envolve nestes espaços, um sentimento de identificação que conduz a novas redes de relações e, conseqüentemente, outra relação com a cidade. A identificação, porém, acontece simultaneamente a diferenciações e conflitos e, dependendo do modo como essas diferenças são

trabalhadas no grupo, o envolvimento pode se fortalecer ou diluir. Como pondera Avtar Brah (2006), as diferenciações sociais, dependendo do contexto, podem se dar horizontalmente ou podem operar assimetrias. A existência dos coletivos se pauta no ato de problematizar uma determinada diferenciação assimétrica, o que não o exime de reproduzir distinções sociais naturalizadas no convívio social. Contestar e reproduzir desigualdades são movimentações coexistentes nas relações sociais e as práticas de grupos políticos estão envolvidas nestes processos de mudanças e permanências.

O relato apresentado na abertura deste texto expressa as nuances de identificação/diferenciação que permeiam os grupos políticos. A fala é de Laura, moradora de Campinas que tem uma história antiga de ligação com um coletivo LGBT e hoje está envolvida, também, com um coletivo de mulheres negras. Laura saiu de casa muito nova, expulsa do lar após descobrirem-na lésbica, foi morar numa região da periferia de Campinas. Lá envolveu-se na luta por moradia e, um tempo depois, tendo aprendido sobre mobilização popular e sentindo a necessidade de falar de homofobia e violência, concentrou-se em construir um grupo onde fosse possível envolver moradora(e)s da periferia nesta questão. Nesse percurso, formou-se o coletivo de “diversidade sexual” a que Laura está ligada há quase 2 décadas.

No processo de construir o coletivo e trabalhar para expandir um debate que, até anos atrás, era ainda mais cerceado e ridicularizado, Laura foi lidando com os estigmas que lhe cercavam, de modo a viver sua sexualidade e não somente resistir, mas também tensionar os valores que sustentam as diferenciações que lhe envolvem. Foi assim que conheceu muita gente na cidade, fez uma rede de amigos com quem podia dividir as dores e também ter uma rede de proteção² e conquistou respeito em alguns espaços e na própria família. Das representações que lhe conferiam um lugar social de abjeção, a ativista tirou as razões para construir uma rede de relações na cidade, e foi na forma “coletivo” que isso pode se dar. Como admite a ativista, a intenção de formar o coletivo foi reunir pessoas que vivenciaram estigmas sexuais e, sem o controle de partidos ou outras instituições, buscar caminhos para contestar a subalternidade e violência social.

² No ensaio: “Por uma pedagogia queer da amizade”, Giancarlo Cornejo (2015) reflete a influência que a rede de amigos teve na sobrevivência de Italo, uma pessoa trans que passou por todos os riscos cercam a trajetória de transexuais. O contexto da reflete é o Peru nos anos de 1950/60, quando Italo era jovem.

Os coletivos políticos compõem a história dos movimentos populares e tornaram-se mais expressivos e numerosos nos últimos anos, envolvendo variadas questões sociais: transporte público, comunicação popular, moradia, cultura, feminismos, sexualidades, racializações, entre outras. Sob o termo “coletivo político” está uma variedade de grupos, com diferentes posições políticas e formas de se organizar. O que parecem características mais específicas desses grupos é a ênfase maior, pelo menos no discurso, na questão da autonomia em relação a partidos/instituições e no debate das interseccionais assimetrias (de gênero, raça, sexualidades, modos de pensar e existir) das relações sociais.

Por envolverem uma variedade de questões e pelo fato da relação entre os participantes ser mais direta e menos hierarquizada, os coletivos têm atraído pessoas que tinham a vontade de debater desigualdades, mas não se sentiam envolvidos por partidos ou outros grupos mais institucionalizados. Observei a frequência desse perfil de participante ao acompanhar das atividades promovidas por alguns coletivos e conversar com algumas pessoas envolvidas. Os coletivos são para muitas das pessoas que se aproximam um espaço para refletir as vivências diante de um meio social que diferencia e desigual, muitas vezes são o único espaço, uma possibilidade rara de debater assuntos de uma forma que não ocorre em outros espaços sociais.

As diferenciações sociais e as subalternidades entrelaçam os sentidos do envolvimento em grupos políticos, algo que se mostrou na trajetória de Laura: por ser lésbica e não ter aceitação da família, acabou indo morar numa região da cidade em que a luta por moradia mobilizava moradora(e)s. Esse é o primeiro grande impulso social ao envolvimento em ações de contestação. Vivenciando e aprendendo sobre mobilizações, a moça concentrou-se em organizar-se com pessoas que, assim como ela, foram, pelo viés da sexualidade, diferenciadas e subalternizadas. As subalternidades, sendo construções sociais que produzem privilégios e desigualdades, conduzem pessoas a vivenciarem experiências que, para além da dor e sofrimento, constroem o desejo de falar da lógica que diferencia e subordina, rompendo o silêncio que acompanha violências geralmente naturalizadas nas redes sociais.

A formação de coletivos vai, como mostra a trajetória da ativista, surgindo como possibilidade de refletir representações sociais que criam distinções e

violências, além de ser um espaço de identificação política e afetiva que influencia o modo como o ser envolvido sente-se mais ou menos integrado à cidade. Os coletivos políticos populares surgem e se expandem, no cotidiano das cidades, como respostas a diferenciações hierárquicas e como forma de produzir questionamentos, tensionar a lógica que desiguala e acabam por fomentar nos envolvidos sentimentos de identificação que conduzem a uma nova rede de relações pela cidade, além da apropriação de espaços em que muitas pessoas não estariam se não fosse a mobilização pelos coletivos. As violências por que Laura passou produziram-lhe sentimento de tristeza e revolta, e a possibilidade de falar disso em grupo transforma as sensações iniciais em identificação e fortalece o desejo³ de questionar a hierarquia produzida.

Todavia, se contestar subalternidades fundamenta a formação desses grupos, os mesmos não estão imunes a operar distinções. Se Laura encontrou no coletivo uma possibilidade – política e afetiva – de falar das violências sofridas e contestar desigualdades, entre os “iguais” também foram se mostrando diferenças. No movimento LGBT, Laura sentiu muita identificação, mas também estranhamentos, sentia falta de conversas que não sabia dizer exatamente sobre o que, talvez sobre o grau de extensão da igualdade que defendiam. Hoje, ao aproximar-se de um recém-formado coletivo de mulheres negras, Laura interpreta que, durante muito tempo, envolveu-se em discussões sobre as diferenças e hierarquias sexuais, mas falaram pouco das de raça. A aproximação com o novo coletivo levou-a repensar os efeitos do racismo no percurso de mulheres; assim, a moça parece ter se deparado com conversas e uma nova rede de relações que a fez repensar-se. Foi nesse caminho que se aproximou com força do candomblé, das danças de jongo e estabeleceu-se uma rede de relações que mudou seu movimentar-se pela cidade:

O coletivo de mulheres funciona como uma rede de apoio. Quando uma companheira tá passando por algum problema, ou acha que dá pra fazer uma conversa em algum lugar que ela frequenta, a gente vai em grupo, pra mostrar que a questão é séria e a gente tá unida. Esse já é um acordo entre nós, porque ha algum tempo atrás a gente sentia a dificuldade sozinha, hoje a gente criou espaço pra falar do que por tanto tempo não se falou (Laura, junho de 2016)

³ Uso a expressão desejo no sentido trabalhado por Deleuze e Guattari. Nas palavras de Gattari (Gattari e Rolnik, 2016), o desejo é construído socialmente, podendo projetar-se enquanto expressão das representações sociais dominantes, mas também como fuga, como rasura a elas. A máquina desejante seria algo que, ligado aos discursos dominantes, produz, pela repetição ou transgressão de normas, subjetividades. Butler (2001) trabalha em perspectiva parecida, questionando a psicanálise.

O coletivo de mulheres negras de que Laura participa formou-se, conforme a mesma me relatou, a partir de um grupo de mulheres que já tinham atuação em grupos feministas e percebiam que diferenças raciais tendem a levar as pessoas a diferentes experiências, as quais interferem no tipo de posicionamento e de pautas levantadas. Para pensar essas diferenças, foi levantada a necessidade de formar um grupo para lidar, especificamente, com o racismo e machismo que operam na vida de mulheres negras. Ao envolver-se neste coletivo, Laura, além de ampliar sua rede de contatos e de mobilidade pela cidade, passou a levar outras discussões para o outro grupo a que está ligada, ou seja, tensionou pela ampliação da discussão sobre igualdades.

O que é possível perceber também, e isto se liga mais diretamente à questão dos afetos, é que o sentimento de identificação em um grupo (no caso de Laura, a identificação por vivenciar situações de homofobia) constrói um grau de coesão coletiva que pode ser preservado ou diluído conforme as outras diferenciações que permeiam as relações sociais – e consequentemente as relações entre a(o)s integrantes - são mais ou menos problematizadas pelo grupo. Laura sentia falta de outras discussões no grupo LGBT de que participa, acabou encontrando isto em outro coletivo formado por mulheres que também sentiam essa ausência. Ela permaneceu nos dois coletivos, cobrando dos pares do coletivo LGBT reflexões sobre o racismo e, entre o coletivo de mulheres, as ponderações sobre as hierarquias sexuais. Se Laura encontrasse no coletivo antigo uma resistência ou omissão às novas questões que ela traz, haveria uma tensão e, talvez até, uma ruptura, mas a situação não foi essa, e assim Laura expande sua movimentação nos dois grupos, e o faz de forma a expandir as discussões sobre (des)igualdades do seu coletivo anterior.

Na constituição de coletivos formados a partir da contraposição a uma desigualdade, a ideia de uma unidade entre “iguais” balisa a existência do grupo e exerce um efeito político agregador, porém, entre iguais vão se mostrando diferenciações que se apoiam em variados critérios – podem estar relacionados a gênero, classe, sexualidades, etnias, geração, corporalidades e formas de expressão, entre outros – e que interferem na composição do envolvimento político de diferentes sujeitos.

A trajetória da ativista nos mostra que as diferenciações sociais permeiam de forma dinâmica o envolvimento em coletivos políticos. As pessoas subalternizadas, ao discordarem do discurso diferenciador, procuram, por diferentes caminhos, espaços para falar⁴ sobre a experiência subalterna e podem encontrar (ou não) um grupo. O sentimento de identificação construído neste grupo – assim como outros afetos como amizade, companheirismo e empatia – podem se fortalecer ou diluir conforme o grupo lida com os múltiplos processos de diferenciação. Um grupo formado a partir da questão de sexualidade, por exemplo, vai reunir pessoas de diferentes trajetórias, fragmentos de classe, raça, gêneros, religiões. Essas diferenças – para além da vontade ou controle da(o)s participantes – tendem a operar diferenciações e assimetrias no interior do grupo e, dependendo do modo como o coletivo abre espaço (ou não) para debater essas diferenças, o grau de coesão vai sendo desenhado.

No contexto social de violentas e diferenciadas subalternizações, os sujeitos formam seus valores e representações, de modo que, mesmo nas práticas que buscam questionar subalternidades, é possível que critérios que desigualam permaneçam operantes. Diferenças e (des)igualdades parecem compor um círculo formado por um emaranhado de relações de afetos, identificações e subalternidades. Não somente a partir do Estado ou de grupos dominantes partem estratégias de controle e subordinação, no interior dos grupos formados a partir da contestação de desigualdades também são construídas relações de poder que podem manter e cristalizar desigualdades. Partindo das conceituações de Foucault⁵, podemos pensar o poder como um conjunto de relações dispersas e construídas em múltiplas direções, de modo que somos envolvidos em diferentes contextos de

4 Gayatri Spivak, em seu texto: “Pode o subalterno falar?” questiona se o ser envolvido no cruzamento de discursos subordinantes consegue realmente expor em público suas opiniões e versões dos fatos. A autora reflete a situação de mulheres viúvas indianas que se suicidam, as quais são interpretadas pelo discurso colonizador ou pelo machismo nacionalista, havendo pouco ou nenhum espaço para serem diretamente ouvidas. A questão levantada por Spivak nos ajuda a pensar a dinâmica entre o “falar” e “ser falado”.

5 Soberania e disciplina. Curso do College de France, 14 de janeiro de 1976. Em: Microfísica do poder. Michael Foucault (2012:103): “Terceira precaução metodológica: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado muito de longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali. O poder se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão em posição de exercer o poder ou de sofrer sua ação”

subordinações: ao mesmo tempo as operamos, sustentamos e contestamos em nossas práticas.

Tomando a importância de pensar as diferenciações enquanto um modo de fazer política, investigaremos os contextos de aproximação dos coletivos e a convivência nestes espaços, observando como se dão os afetos, as identificações, assim como formas de distinção, igualdades e subalternidades que permeiam este envolvimento.

Entre os afetos, as diferenças e o “potencial de autorreflexividade”

O caminho que leva ao envolvimento em coletivos políticos é permeado de afetos, os quais se embaralham de forma dinâmica e contingente a relações de poder em que os sujeitos se relacionam. Em muitos casos, a primeira dimensão afetiva que leva ao coletivo é a identificação com um sentimento de revolta/indignação diante de uma situação desigual. Este sentimento cria uma coesão no grupo e fortalece a ideia de igualdade entre as pessoas envolvidas. “Mexeu com uma, mexeu com todas”, por exemplo, é uma fala comum em coletivos feministas e expressa a dimensão de pertencimento a um grupo, o grupo daquelas que estão sujeitas à violência de gênero e indignam-se com este fato. O acolhimento e espaço de fala que muitas mulheres encontram em coletivos feministas tem um papel importante na expressão de angústias e sofrimentos vivenciados em experiências cotidianas e também no encorajamento das mulheres para enfrentar os estigmas que as cercam. O sentimento de união coletiva é um catalizador essencial na construção de resistência.

Esta primeira dimensão afetiva é uma das forças mais importantes de unificação e continuidade do grupo, é parte da estrutura essencial que o mantém e ela está constantemente entrecortada por diferenças e assimetrias que perpassam o coletivo, misturam-se também com afetos que podem desagregar e criar fronteiras no diálogo.

As falas a seguir são de duas integrantes de diferentes coletivos e trazem reflexões sobre a convivência nestes grupos:

No movimento, eram sempre os mesmos que, na real, ditavam o que seria feito. Você podia até falar que discordava, mas o que os caras falavam, e o jeito que falavam, era o que ficava, porque muita gente acha que porque o cara é universitário, está há tempos nos movimentos, tem aquela pinta e tal, ele sabe tudo, então é melhor seguir o que o cara fala do que tentar pensar por si. A gente diz que é todo mundo igual, todos têm direito a falar. E de falar tem mesmo. Agora, ser ouvido e considerado é outra coisa. (Integrante de coletivo de luta por transporte público, novembro, 2014 – Campinas)

Eu tô aprendendo, antes eu não era, mas agora tô mais paciente com as universitárias. Aprendi muito com a companheira Carla, que sempre pede pra gente mais cuidado e paciência nos momentos de diferenças, porque a gente tem que tentar trocar ideia. Mas no começo eu não aguentava. O jeito de muitas meninas, de achar que sabem sempre o que a gente deve fazer e como agir diante de situações que elas mesmas estão muito longe de passar, me deixa às vezes muito impaciente, mas tô aprendendo a chamar a conversa, expor os problemas de modo a conviver, afinal a gente tem um objetivo em conjunto aqui. (Ana, coletivo Promotoras Legais e sindicato das domésticas – Campinas)

As falas 1 e 2 remetem a diferenciações entre ativistas, indicando hegemonias e subalternidades que vão se dando no convívio de grupos que buscam problematizar desigualdades. Integrantes lidam com essas diferenciações, ora reproduzindo-as, ora tensionando e questionando-as. Na fala 1, o jovem indica a percepção das diferenças na atenção e importância que é dada às falas, reconhecendo que alguns são, geralmente, mais valorizados. “Falar todos podem, ser escutado e considerado é outra coisa”. Assim Carlos reconhece que há diferentes atribuições a um discurso, dependendo de quem o diz. Nessas percepções, vão sendo construídas as formas para conseguir ser ouvido, driblando e negociando valorizações sociais.

Importante pontuar que diferenciações envolvem relações de poder, identificações e também afetos, essas dimensões coexistem nos modos de se relacionar com as distinções sociais. Na fala 2, por exemplo, a ativista expõe o seu empenho em lidar com outras mulheres por quem se sente subalternizada. Ao destacar que `precisa ter paciência`, a ativista tenta lidar com as diferenciações pelo diálogo e convivência, considerando as identificações que originam o grupo. Esta fala se deu em uma roda de discussão em que havia algumas universitárias e essas pareceram solidarizar-se com a indignação da ativista, assim como com sua tentativa de diálogo. Ana, que é do sindicato das domésticas e está há anos ligada a atividades feministas, sindicais e raciais, parece ter encontrado, diante da percepção

da subalternidade e também de certo afeto e empatia com algumas universitárias, um modo de questionar distinções e, ao mesmo tempo, preservar o elo que une o grupo. O conflito não anulou, neste caso específico, a identificação, mas é possível que rupturas e afastamentos ocorram conforme diferenciações cristalizam-se em hierarquias, algo que é expressivo em alguns campos de atuação.

Este potencial em expor e debater diferentes formas de desigualdades dentro de um grupo político é que chamo de autorreflexividade. Esta seria a capacidade de um grupo reconhecer e debater as formas de distinção e hierarquias que ele opera ou pode vir a operar; é algo que se liga às especificidades do grupo e, também, à possibilidade de debate trazida pelo momento histórico e político. Como refletiu Laura, era bem mais difícil, nos anos de 1990 no Brasil, encontrar no movimento negro espaço para falar de sexualidade ou mesmo sobre desigualdade de gênero. Laura passou por turbulências fortes por ser lésbica e, talvez por isso, concentrou-se no movimento LGBT e não atraiu-se, logo de início, pelo movimento negro, onde teria menos espaço, naquele momento histórico, para falar das dificuldades que vivia. Mas hoje, com a expansão dos coletivos e dos temas de discussão, Laura encontrou um coletivo de mulheres negras e, assim, pensa raça, classe e sexualidade de forma mais intensa e conjunta, ampliando os questionamentos a si e aos pares.

Nos debates das teorias feministas⁶ é apontada a necessidade de pensar os diferentes tipos de subordinação de forma interseccionada. Trabalhos como os de Alinne Bonetti (2009) e Ana Pacheco (2013) surgem no interior desta discussão e evidenciam as diferenças interpretativas quando se considera a interação de diferentes marcadores sociais. Bonetti apontou as distinções – por vezes, hierarquias - entre mulheres ativistas, baseadas em atributos como “capital de articulação política” e “coragem” e evidenciou como são dinâmicos e permeados de disputas os processos de deliberação nos movimentos sociais. Já as reflexões de Ana Pacheco ajudam a pensar como as relações raciais e de gênero interagem nas situações. A autora observou que mesmo homens negros ativistas tendem a

⁶ As influências de grupos de lésbicas e negras na problematização de um sujeito feminista branco, classe média e heterossexual é destacada nos debates das teorias feministas. Uma leitura que indica esse percurso é a de Claudia da Lima Costa (2005) ao destacar a influência da poeta, escritora e filósofa Glória Anzaldúa na crítica a uma referência homogênea de mulheres que secundariza, ou mesmo desconsidera, mulheres de diferentes trajetórias, raças e classe.

problematizar pouco os padrões de beleza femininos que subordinam mulheres negras.

Refletir a dinâmica diferenças-subalternidades-igualdades nos espaços políticos é um caminho para pensar como, nos diferentes momentos históricos, se alteram as relações de diferenças-igualdades, ou, em outras palavras, como se dão as nuances na dinâmica democracia/autoritarismos da sociedade contemporânea.

Os grupos políticos passaram, nas últimas décadas, por questionamentos que forçaram mudanças em suas formas e conteúdo. A autoreflexividade que é possível encontrar em alguns coletivos hoje é fruto de um processo histórico repleto de conflitos, questionamentos e rupturas. Como nos indica a bibliografia e também relatos de pessoas envolvidas em grupos políticos nos anos de 1980/90, havia uma dificuldade muito grande de levar aos movimentos questões de subalternidades que não se referissem ao tema que originou o grupo, algo que hoje parece ser menos difícil.

A participação em coletivos políticos tem uma influência significativa na forma como as pessoas envolvidas sentem-se e colocam-se no espaço público. Para parte das envolvidas, assim como foi para Laura, encontrar um grupo onde possa falar de experiências sociais de constrangimento é uma forma de sentir-se parte de algo e fortalecer-se para enfrentar tais situações. Todavia, no mesmo grupo que, em um momento, se encontra apoio, é possível que outras diferenças sociais e assimetrias se manifestem. Nestas situações, o espaço – que se mostra mais pelo sentir que pelo discurso “oficial” – para tratar esses conflitos vai influenciar o grau de envolvimento afetivo com o coletivo e, conseqüentemente, o desejo de manter (ou não) a proximidade.

As diferenciações sociais formam um complexo sistema de relações que permeia o envolvimento político em coletivos e os afetos que esta convivência envolve. O sentimento de revolta em relação a uma certa opressão catalisa o desejo de aproximar-se do grupo que propõe-se a discutir a referida subalternidade, mas esse mesmo desejo – alimentado a partir da negação de uma diferenciação hierárquica – pode passar por oscilações conforme diferentes feixes de diferenciação social são operados no interior do próprio grupo. Na escola, no local de trabalho, nas relações familiares, nos variados espaços de convivência social, as

subalternizações geram conflitos e violências que podem diluir ou mesmo romper dimensões afetivas que, em um dado momento e contexto, agregaram e mobilizaram pessoas.

Avtar Brah (2006) pondera que os processos de diferenciação não levam, necessariamente, a hierarquias e relações de poder, sendo possível que diferenças existam em dimensões igualitárias. Neste sentido, é possível pensar a possibilidade que os conflitos entre “iguais” carregam. O desejo de igualdade que, em um certo contexto, une um grupo é entrecortado pelos discursos desigualantes que nos formam e os afetos agregadores podem ajudar no potencial de autorreflexividade que se constrói no grupo, tal como tenho presenciado em alguns momentos nas atividades dos coletivos políticos. Mesmo em meio a subalternidades e conflitos, os coletivos ajudam a formar sujeitos mais questionadores em relação às variadas formas de violência social.

Bibliografia

- BONETTI, Alinne de Lima. **Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação**. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Revista Mediações, v. 14, n. 2, Londrina, jul-dez-2009.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira (org). Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2001
- BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea Revista de Sociologia da Ufscar, n.1, jan-jul 2011.
- CAMPOS, Cessimar de. **Experiências, mediações e posições políticas: a luta por moradia no Campo Belo - Campinas/SP**. Dissertação de mestrado no PPGS-Ufscar, São Carlos, 2013.
- CAMPOS, Cessimar de. **Subalternidades intercaladas: a tentativa de formação do Movimento Passe Livre – Campinas**. Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, novembro de 2015.
- CORNEJO, Giancarlo. Por uma pedagogia queer da amizade. Tradução de Juliana Frota da Justa Coelho. Askésis. Revista de Dicentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR, v. 4, n.1, 2015.
- COSTA, Claudia de Lima e AVILA, Eliana. **Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3), set-dez, 2005.
- FELTRAN, Gabriel. **Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil**. In: A disputa pela construção democrática na América Latina. DAGNINO, E. e PANFICHI, A. (orgs). Editora Paz e Terra, 2006.
- _____. **Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos**. Revista Temáticas. Campinas: Unicamp, v.15, p. 11-50, 2008.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização de Roberto Machado. Editora Paz e Terra, 2012.
- GUATTARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica cartografias do desejo**. Editora Record, 2016.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Editora da Unicamp, 1990.
- MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan-jun de 2009.
- NERY, João. **Viagem solitária: memória de um transexual 30 anos depois**. Editora Leya, 2012.
- ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. **Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality**. Cambridge University Press, 1981.
- PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulheres negras: afetividade e solidão**. Editora da UFBA, 2013
- PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v. 11. N. 2, jul-dez, 2008.
- PONTES, Heloísa. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas políticas contemporâneas**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. IFCH/Unicamp-julho de 1986.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. Editora Paz e Terra, 1988.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985.** Revista Brasileira de História . São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38 – 2007.

_____. **O gênero da esquerda em tempos de ditadura.** Gênero, feminismos e ditaduras no Cone-Sul.